

PMC vai à justiça para continuar com Marilândia

Eleuterio Schneider

Colatina (Sucursal) — O plebiscito marcado para o próximo sábado em Marilândia, que vai decidir se a localidade se emancipa politicamente de Colatina, está revivendo lances próprios de uma acirrada campanha eleitoral, com realizações de comícios, reuniões e presença até mesmo de políticos nas chamadas visitas "de porta em porta". Aparentemente, a maioria da população local é favorável à emancipação, embora importantes líderes de Marilândia se posicionem contrários. E, em meio a todo este clima, ainda persiste a possibilidade da prefeitura de Colatina impetrar um mandado de segurança contra o plebiscito, fato que segundo consta, deverá ocorrer até quarta-feira.

Se a prefeitura recorrer realmente ao mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça, o plebiscito poderá ser, no mínimo, adiado, caso seja concedida uma liminar diante das alegações da municipalidade. Ninguém na prefeitura, no entanto, confirma ou desmente a possibilidade do recurso ser impetrado, tendo fontes revelado, porém, que o mandado se basearia no fato do processo de tramitação para o plebiscito conter dados falsos.

ALHEIOS

Em Marilândia, desde que a Assembléia Legislativa concedeu autorização para a consulta plebiscitária, o clima é de intensa campanha eleitoral. Nunca a localidade viu tantos políticos interessados em sua emancipação, tendo um morador do distrito definido a situação da seguinte forma: "Marilândia tem apenas quatro mil eleitores, mas pela presença de políticos (deputados federais, estaduais e vereadores) aqui agora, até parece que elegemos todos eles".

Região de colonização italiana, Marilândia é o distrito colatinense que mais produz café, juntamente com Sapucaia e Patrão Mor, que também serão submetidos ao plebiscito e anexados ao novo município, se chegar a ser formado. Desde 1970 vários movimentos foram feitos no distrito visando a sua emancipação, mas somente o realizado este ano acabou tramitando normalmente e marcando o plebiscito.

O clima de campanha eleitoral que Marilândia vive hoje é, segundo os membros da comissão pró-emancipação local, mais importante do que as eleições municipais. Do padre até o mais humilde lavrador, segundo eles garantem, "todos estão conscientes da importância do plebiscito e estão fazendo campanha de casa em casa, e conclamando os que moram fora a não faltar na votação do dia 10".

O líder comunitário Osvaldo Passamani, por exemplo, diz que existem correntes contrárias à emancipação, "pessoas que moram em Colatina e até mesmo no distrito, mas nem por isso deixaremos de tornar Marilândia o 55º município do Espírito Santo. O plebiscito vai mostrar que queremos, de todas as maneiras, nos tornar independentes de Colatina e lutarmos sozinhos".

A comissão de emancipação já fez, até ontem, seis comícios por todo o distrito de Marilândia, visitando povoados, zonas rurais mais povoadas e vilas que participarão da votação. Até o dia 10, mais 4 comícios serão realizados, sendo que o último está marcado para o dia 8, às 20 horas, na sede de Marilândia. Esta concentração, segundo a comissão, é a mais importante e praticamente definirá o resultado da consulta popular.

Existem, no distrito, dezenas de famílias que são contra a emancipação, mas ninguém quer ser identificado para "evitar comentários e represálias por parte daqueles que votarão pelo sim". Entre outras

razões, os contrários à emancipação garantem que ela não trará benefícios ao distrito. A receita local, conforme afirmam, será insuficiente para compor uma nova estrutura administrativa (de IPTU). Marilândia recolhe apenas Cr\$ 200 mil por ano e a emancipação acabará em prejuízo, pelo menos na condição atual.

Os que votarão pelo "não" vêem também que na história da emancipação de Marilândia "alguns políticos estão aproveitando-se para fazer política, sem nunca terem trabalhado para a localidade". O deputado Nider Barbosa de Menezes é um dos acusados. "Ele é tão identificado com Marilândia que há alguns meses atrás pronunciava seu nome como sendo "Marlo-Landia", revelou um dos contrários à emancipação.

O interessante é que os contrários à emancipação não se manifestam abertamente. Os políticos favoráveis ao não deixaram de programar qualquer comício e as famílias de Marilândia que adotaram a mesma posição a fazem tanto particularmente. Isto não quer dizer, no entanto, que uma "campanha ao pé de ouvido" não esteja sendo feita.

NÃO QUEREM

Em Colatina, o prefeito Devacir Zaché e o senador Moacir Dalla manifestam-se contrários ao plebiscito, mas ambos reconhecem, no entanto, que a forma de decisão é democrática. Zaché recebeu, na semana passada, uma comissão de moradores em seu gabinete, quando foi pedido a ele apoio no plebiscito que decide a emancipação.

O prefeito negou, terminantemente, mesmo diante dos argumentos dos moradores de que "O PMDB estava se aproveitando da situação e fazendo política em cima da emancipação". Devacir Zaché explicou a eles que a perda de Marilândia trará consequências muito ruins para Colatina, que poderá ser desequilibrada entre as cidades de porte médio brasileiras — o que, segundo ele, inviabiliza recursos a fundo perdido para o município. "A emancipação, se concretizada, tornará dois municípios pobres, enquanto que o contrário garantirá Colatina em uma posição bastante privilegiada".

O senador Moacir Dalla também está diretamente interessado na questão da emancipação. Ele encontra-se em Colatina há cerca de sete dias acompanhando todo o processo, mas até o momento deu sua opinião de forma superficial, sem se aprofundar "no mérito da questão". O senador é contrário à emancipação, e acredita, segundo suas próprias palavras, que "pelo menos desta vez Marilândia não se tornará município".

Quando inquirido a respeito do assunto, Moacir prefere citar os benefícios que conseguiu trazer a Marilândia, "em vários anos de atuação nos diversos cargos que ocupei", sem se aprofundar na questão. Na semana passada, diante das acusações do deputado Nyder Barbosa, de que ele estaria desinteressado na emancipação porque perderia o monopólio de seus cartórios, Dalla preferiu apenas chamá-lo de "pseudólido", que nada fez pela localidade até agora, em termos de obras.

Independente dos fatos que envolvem a emancipação ou não de Marilândia, o Cartório Eleitoral de Colatina já está tomando todas as providências para a realização do plebiscito. Vinte e quatro urnas estarão à disposição dos eleitores (4 mil, aproximadamente) em Marilândia, Patrão Mor e Sapucaia. A votação começa às 8 horas do dia 10, estendendo-se até às 17 horas. O juiz João Batista Celestino deve pedir força policial para garantir a ordem, apesar de até o momento nenhum distúrbio sequer ter se verificado.